

PERTO DA CONCLUSÃO

Câmara aprova pacote fiscal, e Senado marca para hoje última votação

GABRIEL SARÓIA, VICTÓRIA AREL E LAURIBERTO POMPEU especialistas@globo.com.br

O pacote de contenção de gastos apresentado há três semanas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, passou ontem por uma maratona de votações na Câmara dos Deputados e no Senado e está perto do desfecho. A apreciação na Câmara já foi concluída, e o Senado marcou para hoje a votação do projeto de lei que ficou pendente, que trata da mudança no reajuste do salário mínimo e na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). É o que falta para que o conjunto de medidas siga para sanção presidencial.

Parlamentares preservaram o coração das medidas, mas promoveram alterações que podem diminuir o impacto das propostas do governo. A expectativa era reduzir as despesas em R\$ 70 bilhões em um horizonte de dois anos.

Algumas iniciativas, porém, só vão tramitar no Congresso em 2025, como a mudança na previdência dos militares e a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, que foi anunciada junto com o pacote e gerou forte reação negativa do mercado.

Deputados deram aval à regra que limita o crescimento real do salário mínimo aos mesmos índices de alta de despesas previstos no arcabouço fiscal. Só em 2025, isso representa economia de cerca de R\$ 7 bilhões.

O mesmo projeto, porém, amenizou algumas regras para concessão do BPC, em relação ao que foi inicialmente proposto pelo governo. O BPC é pago a portadores de deficiência idosos a partir dos 65 anos de baixa renda. No texto do governo, por exemplo, a concessão do BPC passaria a considerar a renda de cônjuges e mesmo que não vivam juntos e de irmãos, filhos e enteados que



Pacote a jeito. Deputados votaram PEC do abono salarial e projeto de lei que modifica regras do reajuste do salário mínimo e do BPC. Senado tem sessão hoje

morem na mesma casa, numa tentativa de segurar o aumento do número de beneficiários.

Uma nova versão do projeto divulgada ontem mantém a obrigatoriedade do cadastro biométrico para todos os beneficiários de programas sociais — mas flexibiliza essa regra em caso de dificuldade de deslocamento.

— A regra de crescimento real do salário mínimo segue preservada e segue garantida. Estamos alinhando o social com o fiscal. Dessa forma, assim como em nossa casa, não é possível gastar além do que a renda que temos nessa composição. O crescimento do salário mínimo terá que respeitar, a partir da aprovação da matéria, a regra de crescimento de despesas do país, e atrelada ao arcabouço fiscal, que nós enfrentamos, e modificamos a âncora fiscal há meses atrás —

disse o relator Isnaldo Bulhões (MDB-AL).

Depois de adiar a sessão de quarta-feira por falta de quórum, a Câmara também aprovou — por 348 votos a favor e 146 contra no segundo turno — ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do abono salarial e dos superalários no serviço público. No caso do abono, permaneceu a regra proposta pelo governo de reduzir de dois para um salário mínimo e meio, de forma gradual, o critério de acesso ao programa. Mas houve desidratação de regras para os superalários e o Fundeb, fundo de educação básica (leia mais no quadro abaixo).

OFENSIVA DE MINISTROS

Para garantir a aprovação do pacote, ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva entraram em campo. A ava-

Q “A regra de crescimento real do salário mínimo segue preservada e segue garantida. Estamos alinhando o social com o fiscal. Dessa forma, assim como em nossa casa, não é possível gastar além do que a renda que temos”

Isnaldo Bulhões (MDB-AL), relator do projeto do salário mínimo

liação foi que não faltou apenas quórum na véspera, mas voto. Por isso, o Executivo intensificou o corpo a corpo com parlamentares.

Ministros entraram em contato com líderes partidários e pediram para que as bancadas não deixassem

que o governo amargasse uma derrota. Titulares de pastas não ligadas diretamente à equipe econômica, como Carlos Fávaro, da Agricultura, e Nísia Trindade, da Saúde, ligaram para parlamentares próximos. Silvio Costa Filho, dos Portos e Aeroportos, também se certificou de que a bancada do Republicanos não deixaria de votar, assim como André Fufuca, dos Esportes, que circulava pela Câmara desde quarta-feira para pedir aos deputados do PP.

— Nós estamos concluindo (avotando) uma PEC essencial para fazer os ajustes necessários para a economia brasileira cada vez mais se consolidar com geração de emprego e renda — disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Na noite de ontem, em rit-

mo acelerado, o Senado aprovou o primeiro projeto, que cria uma espécie de gatilho para conter o crescimento de benefícios fiscais e dos gastos com funcionalismo quando as contas públicas estiverem no vermelho. Foram 72 votos a favor e apenas 1 contra. O presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) autorizou sessão semipresencial, com voto remoto para estimular a votação.

Na sequência, o Senado aprovou em dois turnos o texto-base da PEC do abono. Em razão do horário, ficou para hoje a votação na Casa do projeto de lei que trata de salário mínimo e BPC.

DPVAT REVOGADO

Os congressistas utilizaram o primeiro projeto para derrubar o seguro obrigatório para acidentes de trânsito, o DPVAT. O relator do proposta no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que houve consenso para a revogação.

Uma das polêmicas é a modificação na Lei Geral do Esporte, que tem duração prevista até 2027 e traz incentivos fiscais para o treinamento e custeio de atletas. Com a proibição da prorrogação de incentivos fiscais em caso de déficit, o esporte poderá ser afetado. O governo, no entanto, se comprometeu a resolver o assunto em um projeto futuro.

O projeto teve apoio da oposição, que, apesar de críticas e de propor destaques para modificar a matéria, votou favoravelmente.

— O projeto vai na direção correta dos cortes de gastos — disse o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN).

O pacote original do governo previa economia de R\$ 370 bilhões até 2030. O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, negou desidratação das propostas:

— O termo desidratação que está sendo usado é incorreto. Não tem nenhuma alteração no texto que signifique desidratação.

Entenda o que muda com as medidas e quais propostas foram desidratadas

1 Salário mínimo

Hoje, o piso salarial é reajustado pela inflação mais a variação do PIB de dois anos antes. Ou seja, na prática, o ganho real equivale à expansão do PIB. A nova regra prevê que o reajuste do salário mínimo siga as mesmas regras do arcabouço fiscal para as demais despesas do governo. Com isso, o ganho real do trabalhador será de no máximo 2,5%, mesmo em momentos de forte expansão da economia. Essa regra fará o governo economizar R\$ 109,8 bilhões até 2030.

2 Abono salarial (PIS/Pasep)

Hoje, quem ganha até 2 salários mínimos (R\$ 2.824 pelos parâmetros atuais) tem direito a um abono de 1 salário mínimo por ano, como se fosse um 14º salário. Nada muda em 2025. A partir de 2026, o teto para ter direito ao abono passará a ser corrigido apenas pela inflação. Quando o teto chegar a 1,5 salário mínimo (o equivalente, hoje, a R\$ 2.118), este será o novo patamar permanente para ter direito ao abono. A medida vai economizar R\$ 18,1 bilhões até 2030.

3 BPC e Bolsa Família

No Benefício de Prestação Continuada (BPC), saíram regras propostas, como proibição para acúmulo de benefícios e a ampliação do conceito de família para fins de cálculo de acesso. Ficaram no projeto dispositivos que condicionam o benefício à avaliação que ateste deficiência de grau moderado ou grave. Para o BPC e Bolsa Família, será necessário fazer biometria e atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses, entre outras medidas de pente-fino.

4 Fundeb

O texto permite que parte da complementação da União ao Fundeb (fundo de financiamento da educação básica) possa ser usada em ações para viabilizar o ensino em tempo integral na educação básica. O alcance da medida, porém, foi reduzido. O governo propôs uma fatia de 20%, o que poderia render uma economia de R\$ 10,3 bilhões entre 2025 e 2026. O projeto aprovado reduziu esse percentual para 10%. Não houve divulgação de novas estimativas de impacto.

5 Superalários

O governo incluiu no pacote mecanismos para inibir os chamados superalários do funcionalismo. A ideia era reduzir a quantidade de penduricalhos que fazem salários ultrapassarem o teto constitucional, hoje em R\$ 44 mil na esfera federal. A PEC original previa que uma lei complementar tratasse das verbas que podem ficar fora do teto. Isso mudou para uma lei ordinária, que é mais fácil de ser flexibilizada. Na visão do Executivo, o texto mantém as brechas de hoje.

6 Emendas parlamentares

O governo tinha proposto permitir bloquear e contingenciar até 15% de todas as emendas, inclusive individuais. Mas isso caiu. Ficou permitido apenas que as emendas de comissão sejam bloqueadas em caso de necessidade. O governo previa economizar R\$ 39,3 bilhões até 2030. Não está claro ainda como a aprovação parcial da proposta, com a previsão de bloqueio apenas das emendas de comissão, e não de todas as emendas, vai mudar esta estimativa de economia.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 17